

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Perante a derrapagem dos custos das obras no antigo Hospital de Belém, de 750 mil euros iniciais para 3,2 milhões de euros no final, a Inspeção Geral da Defesa Nacional (IGDN) considerou que essas verbas tinham sido pagas de forma ilegal e que, como tal teriam de ser repostas.

Ao terem sido, abusivamente, utilizadas verbas da Lei das Infraestruturas Militares (LIM) pelo Diretor Geral de Recursos da Defesa Nacional, o Dr. Alberto Coelho, para o pagamento, em abril de 2020, da totalidade dos 3,2 milhões de euros aos empreiteiros, levantou-se o problema da necessidade da sua reposição, tanto mais que estas só poderiam ter sido utilizadas com autorização expressa da tutela.

Por isso mesmo, o Secretário de Estado da Defesa Nacional na altura, Jorge Seguro Sanches, fez um despacho onde dizia:

“Não dei acordo nem despacho (nem tão pouco me foi proposto) qualquer integração dos projetos do ex-HMB no âmbito da LIM (da afetação da sua despesa). Nessa conformidade, devem estes projetos ser corrigidos.”

A verba em causa deveria ter sido resposta ao longo de 2021, tal como se pode constatar pela leitura do relatório de execução da LIM em 2020 enviado à Assembleia da República, pelo Gabinete de João Gomes Cravinho e Seguro Sanches, relatório esse assinado por Alberto Coelho.

Ora, o problema é que o Relatório da LIM de 2021 não faz qualquer referência à consignação de receitas e também não constava uma qualquer aplicação de receitas próprias no plano de atividades da Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional para esse mesmo ano.

Dessa forma, continuamos sem saber de onde e como virá o dinheiro para repor o que foi gasto nas obras do antigo Hospital Militar de Belém.

Acresce que, tal como tem sido noticiado em vários órgãos de comunicação social, que esta estrutura estará sem uso desde setembro de 2022, altura em que saíram os refugiados afegãos que ainda lá estavam.

Importa então saber quais os planos da tutela para o antigo Hospital Militar de Belém, tendo em conta, não apenas os elevados custos da sua modernização em 2020, como também as necessidades das Forças Armadas no que diz respeito a unidades de saúde.

Relembre-se que o então ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, decidiu, ainda em 2021, abandonar os planos existentes para a cedência destas instalações à Câmara Municipal de Lisboa, anunciando, no verão desse ano, que tinha intenção de criar uma unidade de cuidados continuados para antigos militares, eventualmente, numa parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

As informações mais recentes referem que estarão a decorrer os procedimentos administrativos para a sua transferência do Exército para o Estado Maior General das Forças Armadas, sendo a expectativa de que tal possa acontecer muito brevemente.

Assim, face ao exposto anteriormente, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea d) do nº 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, vêm os deputados signatários perguntar ao Governo, nomeadamente à Senhora Ministra da Defesa Nacional o seguinte:

1. Confirma que o antigo Hospital Militar de Belém está vazio e sem utilização desde setembro do ano passado?
2. Que projetos existem para o futuro desta infraestrutura das Forças Armadas?
3. Quando e como serão repostos os 3,2 milhões de euros usados para pagar aos empreiteiros que realizaram as obras no antigo Hospital Militar de Belém em março/abril de 2020?

Palácio de São Bento, 23 de fevereiro de 2023

Deputado(a)s

JOAQUIM MIRANDA SARMENTO(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

CRISTIANA FERREIRA(PSD)

ADÃO SILVA(PSD)

ANTÓNIO PRÔA(PSD)

CARLOS EDUARDO REIS(PSD)

JOAQUIM PINTO MOREIRA(PSD)

OLGA SILVESTRE(PSD)

RUI VILAR(PSD)

Deputado(a)s

FERNANDO NEGRÃO(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

MIGUEL SANTOS(PSD)

PAULO MONIZ(PSD)

PEDRO ROQUE(PSD)